

CARTA DE CURITIBA

Nós, mulheres brasileiras presentes no I Encontro Nacional de Meio Ambiente da UBM – União Brasileira de Mulheres, realizado em Curitiba, nos dias 27 e 28 de abril de 2012, **posicionamo-nos** em defesa da natureza, da radicalização da democracia, da soberania nacional, pela integração da América Latina, pela autonomia das mulheres, pela justiça social e ambiental, pela paz mundial, **contra todo e qualquer tipo de violência e contra a criação de uma Agência Mundial de Meio Ambiente.**

Temos como meta a conquista de um país desenvolvido, soberano, socialmente **justo** e ambientalmente **sustentável**.

O Brasil vive um momento impar de sua história ao contar com uma presidenta eleita pelo voto popular, mas, é preciso avançar na afirmação de políticas públicas com um projeto de desenvolvimento para a nação **que não seja excludente e** que valorize a diversidade cultural e social **do povo brasileiro.**

Queremos que o Brasil ouse produzir mais riqueza para melhorar a vida das mulheres e de todos os trabalhadores, fortalecendo a autonomia e o empoderamento das mulheres, promovendo a capacitação e a valorização do trabalho, pois para erradicar a pobreza é necessário distribuição de renda, aumentos reais e contínuos do salário mínimo, fortalecimento do capital produtivo, e outras medidas que impactem positivamente na vida das mulheres.

A valorização do trabalho, a redistribuição da renda e a consolidação da democracia caminham em consonância com este projeto de desenvolvimento, garantindo os direitos constitucionais à alimentação adequada, ao emprego, à moradia, à educação, ao acesso à terra, ao saneamento, ao esporte e lazer, à cultura, à segurança pública, à segurança alimentar e nutricional integradas às políticas de saúde.

Neste processo, destacamos também a necessidade de implementar as Reformas Urbana e Agrária, Tributária, da Educação e da Previdência; bem como, o fortalecimento do SUS, a democratização dos meios de comunicação de massa, o enfrentamento ao racismo, ao machismo e à homofobia.

Repudiamos a forma de governança bélica imposta pelo imperialismo estadunidense; bem como, toda forma de exploração, opressão e ingerência que faz sobre os povos.

Denunciamos a nova faceta do sistema capitalista que denomina de “verde” a velha e excludente economia.

Queremos implantar e ampliar as Políticas de Promoção da Equidade para reduzir as condições desiguais a que são submetidas as mulheres, crianças, idosos, a população negra e a população indígena, as comunidades quilombolas, as populações do campo e da floresta, ribeirinha, a população LGBT, a população cigana, as pessoas em situação de rua, as pessoas com deficiência.

O Brasil possui as maiores reservas hídricas, a maior parte da água é utilizada para irrigação de perímetros extensos de terra e para grandes monoculturas, com alto índice de poluentes, que vão comprometendo a qualidade da água e do solo. Com isso, cada vez há menos água apropriada ao consumo humano.

A concentração da água atinge principalmente as áreas rurais, **onde as** mulheres são, na maioria das vezes, as responsáveis pelo abastecimento de água nas unidades familiares de produção, principalmente na região Nordeste, onde precisam percorrer grandes distâncias para terem acesso à água.

Também entendemos **que**, para desenvolver a agroecologia, é necessário reconhecer e valorizar os saberes e práticas na produção de alimentos pelas mulheres, **o** que depende do rompimento com a lógica patriarcal, responsável pela divisão sexual do trabalho e pela hierarquia nas relações familiares, para dar lugar a relações compartilhadas entre homens, mulheres.

Portanto, é fundamental resgatar o lugar e o papel das mulheres na agricultura familiar e na produção de alimentos saudáveis, como expressão máxima de valorização da vida que deve se expressar na relação entre campo e cidade, entre produtores e produtoras de alimentos e entre consumidores e consumidoras.

A violência praticada contra as mulheres se revela através da cultura patriarcal na vida das mulheres e se expressam em menos poder, menos participação, menos direitos, em exclusão das políticas públicas e dos espaços políticos, em diversas formas de violência, doméstica e familiar, bem como aquelas praticadas em diferentes espaços da sociedade. **Posicionamos-nos** em defesa da Lei Maria da Penha e de **um** necessário e urgente orçamento público para efetivação dos equipamentos como centros de referência, casas abrigo, atenção à saúde das mulheres. O desenvolvimento sustentável com justiça **socioambiental** implica na garantia do direito a uma vida sem violência. Significa o rompimento do silêncio imposto às mulheres, **o fim** da impunidade e a criação das condições necessárias para a democratização das informações e do acesso às medidas de proteção às mulheres vítimas de violência.

Entendendo o Meio Ambiente como um todo **sistêmico, resultante das relações que se estabelecem entre os meios social e natural**, enxergamos a necessidade de incentivo à permanência das populações nas **suas próprias** comunidades (campo, floresta, ribeirinhas). Para isso, nossa proposta é fomentar o desenvolvimento sustentável de cada local, respeitando as especificidades e valorizando a diversidade regional e cultural, com a implementação de políticas públicas de educação, saúde, segurança e Educação Ambiental. Tomando medidas para a valorização profissional em todas as áreas, para que **se** possa garantir um compromisso maior no atendimento às demandas da população local, pois sabemos que a satisfação individual garante uma realização mais eficaz e qualificada.

Somado ao acesso à terra, faz-se necessário assegurar o redirecionamento dos instrumentos e a garantia de políticas públicas inclusivas, que atendam às demandas e diversidades dos povos do campo e da floresta, promovendo o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar, especialmente dos projetos de assentamentos de reforma agrária nas suas variadas formas (projetos agroextrativistas, projetos de desenvolvimentos sustentáveis, dentre outros). As ações devem estar pautadas num planejamento construído a partir do zoneamento agroecológico do território, em processos articulados e integrados que atendam às especificidades das regiões e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental, destacando o protagonismo e a importância **para as mulheres o** acesso à terra, aos recursos **naturais e** econômicos na construção do desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental.

Finalmente, entendemos que a garantia da igualdade e da liberdade requer a autonomia econômica e pessoal das mulheres, o que significa reconhecer que as mulheres são donas **das suas próprias vidas**, que seu corpo não pode ser apropriado, nem tampouco ser objeto de mercantilização. Liberdade implica em poder decidir sobre o corpo e a sexualidade e na extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como as práticas machistas e lesbofóbicas. Para tanto, para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres, é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania íntegra **e integral**. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras; bem como, assegurar a liberdade, a participação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, como a diversidade identitária, a formação política, a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas e o acesso a políticas públicas.

A UBM integrará, juntamente com as organizações feministas, a mobilização do ato do dia 18 DE JUNHO DE 2012, o ATO UNIFICADO DAS MULHERES, numa ação mundial, que deverá acontecer simultaneamente, em **todo** lugar do Brasil e do mundo, **na** luta por justiça **socioambiental, pelos** direitos para as mulheres e **pelo** enfrentamento ao capitalismo.

Para o feminismo emancipacionista defendido pela UBM e que será também ponto de debate na Cúpula dos Povos, interessam alternativas que ultrapassem o modo de produção capitalista e que ao mesmo tempo criem condições ambientais para a continuidade da vida humana em condições saudáveis, mas também que possibilitem a alteração das relações sociais proporcionando condições de igualdade entre homens e mulheres, negras, brancas, indígenas . A verdadeira emancipação da mulher só ocorrerá em uma nova sociedade, erguida e regida pelas mulheres e pelo conjunto dos trabalhadores. Porém, mesmo em uma nova sociedade, será necessário

romper com as amarras culturais machistas e patriarcais que impedem a verdadeira emancipação social.

Reivindicamos também ao Governo Brasileiro que:

- Incentive a mulher do campo e da floresta para que tenham mais informações sobre as leis em geral, mas principalmente sobre a Lei Maria da Penha.

- **Fortaleça as** redes de equipamentos públicos em pleno funcionamento: creches públicas, escolas públicas em tempo integral, lavanderias públicas, postos de saúde, centros de convivências, restaurantes populares, CRAS e CREAS.

- **Implemente e ou exija a implementação do** Estatuto das Cidades, com destaque para a discussão dos **Planos Diretores Participativos**, de forma a articular as pessoas para o debate sobre o direito à cidade.

- **Atue** permanentemente na prevenção da violência contra a mulher, através do diálogo com mulheres e homens, para fortalecer uma cultura de não afirmação da violência, do racismo, da homofobia e lesbofobia nas relações, utilizando-se de ações como seminários, mapeamento de grupos vulneráveis, controle social do atendimento.

- Amplie a articulação com outros movimentos sociais desenvolvendo ações que permitam enfrentar a violência de gênero.

- **Fortaleça a** rede de atenção e **as** políticas públicas destinadas às mulheres vítimas de violência, através da melhoria dos espaços existentes e da ampliação do número de casas-abrigo, centros de referências, delegacias especializadas, juizado especializado, defensorias públicas, serviço de emissão de laudos do IML, serviços de notificação compulsória nas unidades de saúde, serviços de atendimento ao agressor.

Propomo-nos a:

- Lutar radicalmente contra as guerras imperialistas agressivas, notadamente contra o mundo árabe, que atingem principalmente as mulheres (que perdem esposo e filhos), idosos, jovens e crianças.

- Lutar permanentemente pela paz mundial e contra todo tipo de violência.

- Lutar contra a criação da Agência Internacional do Meio Ambiente, pela ONU, **uma vez que esta proposta pode promover ainda mais a ingerência imperialista sobre os povos e a apropriação pelo grande capital internacional dos recursos naturais e da biodiversidade da Amazônia e de todo o Planeta.**

- Pelo desenvolvimento sustentável, soberano e democrático, com integração da América Latina e Caribe.

- **Por uma economia solidária, justa e soberana.**

- Combater a pobreza e lutar por justiça **socioambiental, combatendo os processos de financeirização da pobreza.**